JORNAL DO SERVIDOR

POR **RAPHAELA CORDEIRO**

RAFA NEDDERMEYER/AGÊNCIA BRASIL



Órgãos terão até dia 27 para encaminhar planos de desenvolvimento

Capacitação de servidores terá planejamento até o fim de novembro

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) prorrogou até 27 de novembro o prazo para que órgãos e entidades da administração federal direta, autárquica e fundacional encaminhem os Planos de Desenvolvimento de Pessoas (PDPs) de 2027. A nova data foi estabelecida pela Instrução Normativa CGDDP/MGI nº 479, publicada no Diário Oficial da União em 13 de novembro. Os documentos devem ser enviados pelo DesenvolveGOV, plataforma desenvolvida pelo MGI em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (Enap). Os PDPs orientam as ações de capacitação e aperfeiçoamento profissional no serviço público, a partir do levantamento das necessidades de desenvolvimento de cada instituição. O sistema reúne etapas do planejamento, automatiza procedimentos e permite agrupar demandas semelhantes entre diferentes órgãos e unidades da administração federal.

STF garante hora extra paga a policiais penais

O STF decidiu que policiais penais de Santa Catarina têm direito ao pagamento de horas extras quando não for possível usufruir a folga compensatória no prazo de três meses previsto na legislação estadual. Por unanimidade, os ministros entenderam que o regime de subsídio não impede a remuneração pelo serviço extraordinário. A decisão foi tomada na ADI 7.469, relatada pelo ministro Edson Fachin. O julgamento também estabeleceu que a necessidade do serviço não pode resultar em trabalho extraordinário gratuito.

DIVULGAÇÃO/GOVERNO DE SP



Remuneração será quando não for possível compensar com folga

Governo prevê convocações do CNU em novembro

O Governo Federal prevê convocar aproximadamente 1,3 mil candidatos aprovados na primeira edição do Concurso Público Nacional Unificado ainda em novembro. O anúncio foi feito pela ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, no dia 12. As chamadas contemplam vagas remanescentes em órgãos como Funai, Incra, IBGE, Inep e AGU, além de ministérios e agências reguladoras. Segundo a ministra, o governo também avalia autorizar convocações adicionais de outros concursos, conforme a disponibilidade orçamentária.

MGI lança manual para reestruturação de órgãos

O Ministério da Gestão lançou no dia 13, uma nova edição do Manual de Estruturas Organizacionais do Executivo Federal. O material reúne orientações para criação, revisão e reorganização de estruturas administrativas, incluindo regras para Cargos Comissionados Executivos e Funções Comissionadas Executivas. A publicação também apresenta exemplos práticos de elaboração de decretos e foi disponibilizada em plataforma digital.

Melhorias do SouGov

O MGI promoveu desafio para reunir propostas de melhoria da acessibilidade do SouGov, plataforma de serviços dos servidores federais. A iniciativa reuniu 130 participantes e resultou em 19 relatórios com sugestões. As análises identificaram barreiras e apresentaram recomendações para incluir pessoas com deficiência e facilitar o acesso aos serviços.

Recomposição salarial

O Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2027 prevê mais de R$ 9 bilhões para recomposição salarial de servidores civis e militares. A proposta também reserva R$ 1,3 bilhão para concursos e novas contratações no Executivo federal, além de R$ 1,2 bilhão para universidades e institutos federais. Os recursos ainda dependem da aprovação pelo Congresso.

Rede LideraGOV

A Rede LideraGOV, iniciativa do Ministério da Gestão e da Enap, definiu compromissos para 2027 a 2030. O manifesto prevê ampliar a troca de conhecimentos entre servidores de diferentes órgãos e desenvolver projetos conjuntos. Criado em 2020, o programa já formou 288 profissionais de 58 instituições federais e busca fortalecer a gestão pública.

Posse digital ampliada

O Ministério da Gestão ampliou, desde 4 de novembro, o uso do Ingresso Digital para nomeações em Cargos Comissionados Executivos (CCE) e Funções Comissionadas Executivas (FCE). A ferramenta permite enviar documentos e assinar o termo de posse pelo SouGov. A solução já atende mais de 11 mil ingressantes e é utilizada por mais de 80 órgãos federais.

Inteligência Artificial

O Ministério da Gestão e a Universidade de São Paulo realizam uma série de cinco webinários gratuitos sobre o uso da inteligência artificial na administração pública. Os encontros discutem aplicações da tecnologia, proteção de dados e uso responsável das ferramentas. A programação segue até 2 de dezembro, com transmissão on-line.

Desastres na administração

O Ministério da Gestão promove, em 23 de novembro, encontro sobre governança e prevenção de desastres na administração pública. A programação será realizada na Universidade de Brasília (UnB), com participação gratuita e transmissão ao vivo. O debate reunirá especialistas do MGI, AGU, MIDR e governo do Rio Grande do Sul.

LULA MARQUES/AGÊNCIA BRASIL.



Ministro Bruno Moretti apresentou medidas fiscais em audiência na CMO

Governo prevê prazo para conter supersalários no funcionalismo

Texto aprovado no Senado estabelece até 120 dias para Congresso analisar regras

Por **Raphaela Cordeiro**

O governo federal incluiu no pacote de medidas fiscais apresentado ao Senado uma proposta para acelerar a regulamentação dos chamados supersalários no serviço público. Durante audiência na Comissão Mista de Orçamento (CMO), em 11 de novembro, o ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, afirmou que o conjunto de medidas prevê um prazo para a votação de um projeto que limite esses pagamentos. A informação foi divulgada pelo próprio Ministério do Planejamento.

A iniciativa está relacionada às verbas indenizatórias que podem ficar fora do teto remuneratório do funcionalismo. O artigo 37, parágrafo 11, da Constituição determina que somente parcelas indenizatórias expressamente previstas em lei de caráter nacional podem ser excluídas do limite. Essa regulamentação, porém, ainda não foi editada, conforme análise da Consultoria de Orçamentos do Senado Federal.

O tema foi incluído no Projeto de Lei Complementar (PLP) 299/2026, apresentado pelo senador Jaques Wagner (PT-BA) a pedido do Executivo. O texto-base, aprovado pelo Plenário do Senado em 12 de novembro, estabelece que o Congresso Nacional deverá apreciar, em até 120 dias contados da publicação da lei complementar, o projeto que disciplinará as verbas indenizatórias.

A proposta também trata da destinação dos recursos economizados com a futura regulamentação. No âmbito do Poder Executivo federal, parte da economia poderá reduzir o limite de despesas e outra parte poderá ser direcionada a investimentos ou ao financiamento de atividades do Sistema Único de Segurança Pública e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Nos demais Poderes e órgãos autônomos, os valores deverão ser destinados à reestruturação e recomposição dos respectivos quadros de pessoal.

A votação do PLP ainda não havia sido concluída até a última atualização da nota técnica do Senado, elaborada em 13 de novembro. Quatro destaques ao texto-base estavam previstos para análise em 17 de novembro. Depois de concluída a votação no Senado, a matéria seguirá para a Câmara dos Deputados. A regulamentação poderá definir quais parcelas indenizatórias ficam efetivamente fora do teto constitucional.